

Polícia Militar no Campus

Contribuição do SINDIPROL/ADUEL ao debate



**SINDIPROL
ADUEL**

Apresentação

Este Caderno tem por objetivo subsidiar o debate da comunidade universitária sobre a presença da Polícia Militar (PM) no campus da Universidade Estadual de Londrina.

O tema foi colocado em pauta a partir da ação da Reitoria que, entre os anos de 2016 e 2017, iniciou uma política de aproximação com a PM que culminou com a presença regular de policiais patrulhando o campus.

Não é possível precisar a data exata e as condições em que passou a existir a presença ostensiva da PM por aqui uma vez que essa não foi uma decisão do Conselho Universitário, sendo a questão tratada como mera deliberação administrativa.

Considerada uma questão essencial por aqueles que defendem a Autonomia Universitária, a presença ostensiva da polícia no espaço universitário havia sido banida no final da ditadura militar. No entanto, essa prática vem sendo retomada gradativamente na mesma medida em que ganham espaços as ações repressivas do Estado.

Existe uma tendência em se reduzir a questão da ação policial a uma simples iniciativa voltada à garantia da segurança das pessoas contra criminosos. Ao assim ser encarado o tema, instala-se uma confusão que ignora toda a recente história brasileira de relação das universidades, dos movimentos sociais, e da população em geral, com as polícias em nosso país, considerada das mais violentas do mundo.

No momento em que assassinatos de ativistas políticos se intensificam, e que forças reacionárias insistem em nos levar de volta a um período de maior obscurantismo, o SINDIPROL/ADUEL busca contribuir com a necessária reflexão da comunidade universitária sobre o tema.

SINDIPROL/ADUEL

março de 2018

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Professores do Ensino Superior Público de Londrina e Região -
SINDIPROL/ADUEL

sindicato@sindiproladuel.org.br

www.sindiproladuel.org.br

CAPA

Mark4 Agência Digital

DIAGRAMAÇÃO

Mark4 Agência Digital

A relação entre Estado e Universidade

As Universidades, surgidas na Idade Média, nasceram dos braços da Igreja e dos reis católicos e desde então estiveram sob a tutela do Estado, seja ele teocrático, confessional, monárquico ou republicano.

Ao longo da história, os Estados têm procurado sempre controlar as Universidades e colocar a produção de conhecimentos a serviço de interesses dominantes, buscando estabelecer que tipo de conhecimentos produzir, para que e para quem produzir.

Porém, como a tarefa de compreender o mundo e criação do saber passou (e passa) por critérios sociais e históricos, as Universidades não conseguem realizá-la sem se confrontar com os interesses das classes dominantes, com o poder do Estado e com muitas outras instituições.

Mesmo diante dos ideais estabelecidos pela Revolução Francesa, de uma educação nacional voltada para os direitos do cidadão, ditada não mais pelos monarcas, mas pelos representantes do povo e separada da Igreja, isso não mudou. E o Estado, como o principal agente responsável pela reprodução das relações sociais, utiliza de duas estruturas fundamentais para garantir o controle sobre o conhecimento produzido e difundido: o corpo burocrático e o Direito.

Essencialmente repressor, o Direito conta, para o seu funcionamento, com os braços das Forças Armadas, das Polícias, dos Tribunais e das Prisões. Sempre que necessário esse aparato é colocado à disposição dos interesses dominantes.

Diante da autonomia necessária para fazer ampliar o conhecimento e das exigências do diálogo livre e franco para o avanço das ciências, historicamente as Universidades acabaram por questionar os poderes constituídos e rejeitar veementemente qualquer tipo de emprego da força para solucionar conflitos, quer sejam individuais ou sociais.

Autonomia Universitária em pauta

Em sua missão histórica de produzir e repassar o conhecimento, as Universidades públicas desenvolveram experiências de estruturas internas democráticas.

É por isso que os espaços onde elas funcionam são conhecidos como Cidades Universitárias ou, na tradição norte-americana, Campus. A ideia pressupõe a integração espacial da comunidade universitária, formada por mestres e estudantes, em um ambiente aonde as diferentes áreas de conhecimento se associem livremente, que seja culturalmente diversificado, estimulante, voltado para a formação geral e o desenvolvimento das potencialidades e interesses do ser humano, indo além da formação profissional.

É simbólico que a Cidade Universitária possua prefeitura própria, submetida diretamente às autoridades internas, com corpo de vigilância próprio, tudo buscando garantir algum resguardo das estruturas opressivas do Estado que possam coibir a liberdade de pensamento e de expressão.

Nesse ambiente se busca estimular a convivência em tempo integral entre professores, servidores, estudantes e comunidade. Pressupõe-se a pesquisa como base para o ensino, e a extensão universitária como canal de estreita relação com a comunidade e suas necessidades.

Para isso, a luta pela autonomia universitária, por estruturas administrativas democráticas internas, com a participação dos vários segmentos da comunidade universitária nos processos de deliberação, também é histórica. As eleições dos seus dirigentes, a paridade de representação entre seus segmentos, o autogoverno, sempre foram questões que estiveram na pauta das Universidades.

Na América Latina, a afirmação dessa autonomia esteve na base da constituição das universidades contemporâneas. Este era o objetivo explícito dos estudantes da Universidade de Córdoba (Argentina) que se insurgiram em 1918 contra o domínio das velhas oligarquias dominantes e exigiram a participação estudantil no governo da universidade (o cogoverno). Foi desta forma que se estabeleceu o princípio da *“autonomia política, docente e administrativa da universidade”*. Este princípio se incorporou rapidamente ao ordenamento das outras universidades argentinas e latino-americanas.

Foi também em defesa da autonomia, que os estudantes da UNAM (Universidade Nacional Autônoma do México) fizeram uma greve de quase um ano, entre 1999 e 2000, contra o aumento de taxas imposto Banco Mundial, que só acabou com a invasão da Polícia Federal mexicana na Universidade.

A Polícia e a Repressão na Ditadura

As Universidades brasileiras são jovens se comparadas às europeias e até mesmo às americanas: as primeiras datam do início do século XX. E os episódios de repressão à liberdade de expressão e à liberdade de cátedra sempre fizeram parte dessa breve história.

No entanto, o período onde isso ficou mais evidente foi o da ditadura militar, entre 1964 e 1985, que encontrou Universidades consolidadas, o que propiciou alguma resistência à opressão.

Os primeiros anos da ditadura foram marcados pela interferência direta dos EUA na política educacional brasileira através dos acordos MECUSAID (United States Agency for International Development), que previam uma reforma na educação com a “modernização” do sistema universitário, entre outras ações na área da educação.

As Universidades foram, naquele momento, um importante espaço de denúncia do caráter antidemocrático, tecnicista e privatista da reforma do ensino.



Invasão da Faculdade de Medicina UFRJ – 1966



Passeata dos cem mil -1968

A lógica do governo ditatorial estava estabelecida pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A partir dela qualquer conflito político ou proposta de mobilização das massas trabalhadoras poderia ser considerada uma “subversão” da ordem.

Inscrita na lógica anticomunista da guerra fria, a DSN pregava que os exércitos dos países capitalistas, liderados pelos EUA, deveriam cuidar da defesa contra o “inimigo interno”, que poderia ser qualquer cidadão simpatizante ou militante do comunismo.

A partir de 1968 intensificou-se a repressão contra os estudantes e professores. Segundo levantamento da Comissão da Verdade da USP foram 664 professores, estudantes e funcionários perseguidos pela ditadura militar brasileira. Alguns deles famosos como Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes (aposentados compulsoriamente), Vilanova Artigas (cassado) e Luiz Hildebrando (preso e torturado).

Na UEL, professores foram cassados, estudantes presos, além disto é conhecido na região o caso do estudante de Faculdade Estadual de Apucarana, Antonio dos Três Reis Oliveira, preso pela primeira vez quando da realização do 30º Congresso da UNE em 1968 e posteriormente assassinado.



Invasão da PUC – setembro de 1977



Invasão da UFMG - junho de 1977

A repressão estava montada sobre o tripé baseado na “vigilância-censura-repressão”. Nas Universidades havia estruturas formais de espionagem como a Assessoria Especial de Segurança e Informação, vinculada ao gabinete da reitoria na USP.

A UEL também teve a sua famigerada AESI. Policiais do Serviço de Inteligência da Política Militar (P2), infiltrados nas salas de aula, faziam o levantamento de informações de pessoas e grupos considerados “subversivos”.



Reitor da UEL recebe visita de militares – (1974/78) – Arquivo SAUEL

O Neoliberalismo e os Direitos de Cidadania

No Brasil, foi somente no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF) que a sociedade caminhou no sentido de estabelecer garantias de direitos fundamentais compatíveis com a democracia, uma vez que a passagem do regime ditatorial para o democrático ocorreu sem rupturas políticas profundas.

Porém, mesmo com todos os esforços no sentido de ampliação dos direitos de cidadania, a Lei não é capaz por si só de alterar a realidade. Em todo o mundo, a década de 1980 foi marcada pelo avanço das políticas neoliberais que aprofundaram a desigualdade social e instituíram políticas repressivas nos moldes da “tolerância zero”, que contribuíram para a ampliação do encarceramento dos segmentos mais empobrecidos da população, numa releitura das políticas do “inimigo interno”, desta vez com toques de xenofobia.

O Brasil, onde os índices de desigualdade social são dos mais alarmantes do mundo, aderiu a essa política e hoje, mantém a quinta maior população carcerária do mundo. A violência é maior entre os pobres das áreas periféricas das grandes cidades, quem mais morre ou é preso são os homens, jovens, negros e de baixa renda.

Os principais estudiosos do tema apontam para uma solução que passa pela redução da desigualdade social, ampliação do emprego, melhoria da educação e da saúde pública, humanização das polícias, descriminalização das drogas e atenção médica aos usuários, além do combate ao grande tráfico e ao crime organizado.

O Tema da Segurança na UEL

Consta que durante a gestão do Reitor Oscar Alves (1974-1978), no auge da repressão da ditadura militar, houve uma primeira tentativa de cercar a UEL com arame farpado: a ocasião exigia mais segurança. Porém houve reação da comunidade universitária e também de políticos da cidade, e o Reitor abortou a tentativa.

Anos depois, o Reitor Wilmar Marçal (2006-2010), assentado no discurso do

“aumento da criminalidade no campus”, protagonizou um debate em torno de um “Plano de Segurança” que propunha a transformação da Divisão de Segurança da UEL em “Órgão de Apoio”, dotado de autonomia administrativa, cercamento de toda a Universidade, entre outras ações. As medidas sofreram grande resistência de estudantes e professores, com reação inclusive da comunidade externa.

Naquela ocasião, mesmo não tendo sido criado o órgão de apoio, o que remetia claramente ao modelo da ditadura, a proposta foi parcialmente assimilada pela UEL: foram gastos aproximadamente 1 milhão de reais nos pilaretes que hoje cercam quase toda a Universidade, a segurança recebeu treinamento policial e foram instaladas cancelas que fecham parcialmente a Universidade para a comunidade.

Agora, novamente, o tema da “segurança” é retomado. O contexto é o do acirramento dos movimentos sociais diante da grave crise econômica e política por que passa o país.

Analisando a realidade mais próxima, as greves de 2015 e 2016 sacudiram o funcionalismo público no Paraná. A PM do Estado esteve diretamente implicada na violenta repressão aos servidores.



29 de abril de 2015

Na UEL, a P2, com agentes a paisana, marcou presença nas assembleias de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos. A partir de então teve início a política de “aproximação” da reitoria com a PM, sustentada por um discurso de aumento da criminalidade no Campus.

Contra o Discurso da (In)Segurança, em Defesa da UEL

A formulação de respostas às questões relacionadas à criminalidade no cotidiano, que não sejam as da repressão e da segregação, se constitui em uma missão da Universidade.

Nessa perspectiva, procedemos a um exercício inicial de análise dos dados de ocorrências disponibilizados pela Divisão de Segurança ao Conselho Universitário da UEL (ver box).

	2015	2016	2017
Assaltos	5	9	10
Furtos simples	15	7	9
Furtos qualificados	17	17	16
Tentativas			
assalto/furto	9	8	4
Vandalismos	17	36	5
Violências/agressões	5	22	8
Assédio sexual	3	0	0
Entorpecentes	2	3	2
Incêndios	3	1	1
Animais abandonados	2	2	1

Os dados fornecidos pela UEL demonstram que as ações criminais ocorridas no Campus têm como principal causa os furtos e furtos qualificados, os quais acontecem sem oferecer violência contra as pessoas. Não podemos deixar de considerar que há o registro de ocorrências referentes a assaltos¹, os quais certamente são mais graves.

Comparamos os números com os dados disponibilizados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná para o município de Londrina nos mesmos anos (o estudo completo pode ser acessado em www.sindipro-laduel.org.br/material-de-apoio)

Somente para exemplificar, o número de roubos na cidade de Londrina em todo o ano de 2015 foi de 5.126, enquanto na UEL foram apenas 5 roubos. Desta maneira chega-se a singela conclusão de que uma pessoa tem 97,6% menos chances de ser roubada no Campus da UEL do que na média dos demais espaços da cidade.

¹ Embora a terminologia utilizada pelo relatório apresentado pela Divisão de Segurança seja “assalto” esse não é um crime tipificado no código penal, sendo que o correto é “roubo”, como aparece nas estatísticas da própria Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Paraná.

O mesmo ocorrendo com os furtos. Tomando novamente o ano de 2015 quando foram consumados 11.945 furtos na cidade de Londrina, na UEL foram 32 (furtos simples + qualificados). Temos que uma pessoa tem 93,5% menos chances de ser furtada no Campus da UEL do que na média dos demais espaços da cidade. Os dados mostram que o “surto de violência” dentro do Campus é uma construção, pois os índices são baixos se considerarmos que a comunidade da UEL envolve cerca de 23 mil pessoas, isto é, 4,12% da população de Londrina.

Seria lamentável a comunidade universitária sucumbir à conhecida estratégia de criar a sensação de insegurança para “vender” segurança. Além disso, deve-se considerar que a Divisão de Segurança defende que os baixos índices já resultam da presença da PM no Campus, entretanto, não há uma comparação com os dados de anos anteriores a 2015.

As informações disponíveis e a forma como foi introduzida a PM no Campus indicam que sua finalidade não é propiciar segurança, mas, reprimir o movimento organizado dos estudantes e servidores, como indica uma tendência presente em outras universidades. Poderia ser também acobertar o objetivo do governo de sucateamento das universidades, substituindo os mais de 40 servidores que faltam na Divisão de Segurança da UEL por policiamento ostensivo.

O espaço acadêmico não é compatível com armas, como vêm denunciando insistentemente os estudantes nos EUA. Ao contrário do que se argumenta, a presença de homens armados no Campus constitui-se um perigo para a integridade física da numerosa comunidade universitária, aumentando os riscos de desenlaces violentos de incidentes.

A Polícia Militar encarna o poder do Estado e sua presença sobrepõe a sua autoridade ao poder da comunidade universitária de deliberar o que é certo ou errado, o que é passível de solução interna e o que não, numa violação da autonomia universitária.

O que é “vandalismo”?

Um dado que chama a atenção na tabela de ocorrências é o de “vandalismos” e “violência/agressões”, os quais apresentam índices muito baixos em 2015 e 2017 mas índices elevados nos meses de outubro e novembro/2016. Essas informações levam a inferir que a elevação dessas ocorrências tem relação com o movimento da greve estudantil, que aconteceu naqueles meses. Por isso, supomos que a presença da PM no Campus, tem como objetivo o controle do movimento estudantil e de outras mobilizações que podem vir a surgir.

De qualquer modo, no momento reivindicamos a recomposição do quadro de servidores próprios da UEL, mais iluminação e maior interação com a comunidade externa, fórmulas comprovadas de proteção da comunidade acadêmica/escolar na sua relação com crimes comuns.

Contra a PM no Campus!

Fonte das imagens da Capa:

As fotos da capa, bem como a da página 7 foram reproduzidas da publicação “Invasão da FNM: 40 anos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006”.

Algumas Referências:

<http://memoriasdaditadura.org.br>

SILVA, Joaquim Carvalho. Peroba Rosa: UEL-25 anos. Eduel. Londrina, 1996.

<http://www.seguranca.pr.gov.br/estatisticas>

Invasão da FNM: 40 anos. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

